

Saúde Pública Uma nova epidemia



6

Uma nova epidemia preocupa e assusta a saúde pública no Brasil: a morte por homicídios. São 42 mil mortes por ano, vítimas da violência que tomou conta das grandes cidades brasileiras. Para o médico José Noronha, da Fundação Oswaldo Cruz, “a zona do crime começa a se espalhar pelo país inteiro”. Foram mais de 400 mil mortes por homicídio no espaço de uma década. E ele destaca: “Esses dados não são ocorrências policiais, são da saúde”.

3

A reforma agrária, agora, é popular

12

Mulheres vencem Prêmio Celso Furtado

16

Eleições no Corecon-RJ será em 27 de outubro


Reforma agrária e saúde pública

Volta e meia, na imprensa e nos meios acadêmicos, ressurgem a discussão se ainda é tempo de uma reforma agrária ou se este tempo já passou, tornando caduca a histórica bandeira. No Brasil, a luta pela reforma agrária está associada às lutas indígenas, dos quilombolas e dos trabalhadores rurais, alguns, até hoje, trabalhando em condições similares à escravidão.

Falando no seminário Pensando o Brasil, promovido por uma série de entidades, entre as quais, o Centro de Estudos para o Desenvolvimento, o economista João Pedro Stédile, da coordenação nacional do MST, retomou esta discussão, partindo do pioneiro caráter burguês da reforma agrária, nos séculos XIX e início do XX, principalmente nos países da Europa Ocidental. Foi ela que abriu e expandiu mercados, permitiu o avanço das forças produtivas, levando o capitalismo para o campo e superando modos de produção arcaicos, o mais clássico deles o feudalismo.

E no Brasil, por que não se fez a reforma agrária? Esta é uma das questões propostas por Stédile, para abordar uma questão seguinte: qual o caráter da reforma agrária, hoje, no Brasil? E ele responde: "Agora, é uma reforma que nós, dos movimentos sociais, chamamos de 'reforma popular'".

Além da democratização da terra, esta edição do *JE* traz o resumo de uma outra palestra do seminário "Pensando o Brasil", a do médico José Noronha, que faz um apanhado da saúde pública, no país, chamando a atenção para a nova epidemia: a violência urbana que engrossa as estatísticas de mortes por homicídio e que nas grandes cidades ganha proporções de uma guerra civil.

São questões que, embora o período eleitoral, quase sempre estão presentes de forma superficial e de passagem nos discursos dos que se propõem a dirigentes políticos da sociedade brasileira. Mas que aqui no *JE* estão presentes, como uma contribuição, levando para mais longe as polêmicas e reflexões proporcionadas pelo seminário. 

SUMÁRIO

3

João Pedro Stédile

Democratizar a terra no Brasil é fazer a reforma agrária popular

9

José Reinaldo Carvalho

América Latina na mira de Bush

12

Prêmio de Monografia Celso Furtado - Corecon-RJ

Mulheres vencem premiação

15

Fórum Popular do Orçamento

Prefeitura do Rio: mais despesas, menos saúde

16

Corecon-RJ - Eleições serão em outubro

Abertas inscrições para Prêmio de Jornalismo

6

José Carvalho de Noronha
Como recuperar a saúde pública



Foto Rodrigo Caixeta

Errata: na edição anterior deste *JE*, nas páginas 9, 10 e 11, as palavras "Cerrado", em referência a regiões do Planalto Central e da Amazônia brasileira, e "incipiente" saíram grafadas erroneamente. Pedimos desculpas aos leitores e ao autor do texto.

O Corecon-RJ apóia e divulga o programa Faixa Livre, apresentado por Paulo Passarinho, de segunda à sexta-feira, das 9h às 10h30min, na Rádio Bandeirantes, AM, do Rio, 1360 khz.

JE JORNAL DOS ECONOMISTAS

Órgão Oficial do CORECON - RJ
E SINDECON - RJ
Issn 1519-7387

Conselho Editorial: Gilberto Alcântara, Gilberto Caputo Santos, José Antônio Lutterbach Soares, Paulo Mibielli, Paulo Passarinho, Rogério da Silva Rocha e Ruth Espinola Soriano de Mello • **Editor:** Nilo Sérgio Gomes • **Reportagem:** Rebecca Ramos • **Ilustração:** Aliedo • **Caricaturista:** Cássio Loredano • **Projeto Gráfico e diagramação:** Rossana Henriques (21) 2462-4885 • **Fotolito e Impressão:** Tipológica • **Tiragem:** 13.000 exemplares • **Periodicidade:** Mensal • **Correio eletrônico:** imprensa@corecon-rj.org.br

As matérias assinadas por colaboradores não refletem, necessariamente, a posição das entidades. É permitida a reprodução total ou parcial dos artigos desta edição, desde que citada a fonte.

CORECON - CONSELHO REGIONAL DE ECONOMIA/RJ

Av. Rio Branco, 109 – 19º andar – Rio de Janeiro – RJ – Centro – Cep 20054-900
Telefax: (21) 2103-0178 ramal 22 • **Correio eletrônico:** corecon-rj@corecon-rj.org.br
Internet: http://www.corecon-rj.org.br

Presidente: João Paulo de Almeida Magalhães • **Vice-presidente:** Paulo Sergio Souto
Conselheiros Efetivos: 1º terço (2005-2007): Reinaldo Gonçalves, João Paulo de Almeida Magalhães, Ruth Espinola Soriano de Souza – 2º terço (2006-2008): Gilberto Caputo Santos, Antonio Melki Junior, Paulo Sergio Souto – 3º terço (2004-2006): Carlos Henrique Ti-

biriçá Miranda, José Antonio Lutterbach Soares, Renata Leite Pinto do Nascimento • **Conselheiros Suplentes:** 1º terço (2005-2007): Regina Lúcia Gadioli dos Santos, Arthur Camara Cardozo, Carlos Eduardo Frickmman Young – 2º terço (2006-2008): Antônio Augusto de Albuquerque Soares, Edson Peterli Guimarães, José Fausto Ferreira – 3º terço (2004-2006): Angela Maria de Lemos Gelli, Jorge de Oliveira Camargo, Rogério da Silva Rocha.

SINDECON - SINDICATO DOS ECONOMISTAS DO ESTADO DO RJ

Av. Treze de Maio, 23 – Gr. 1607 a 1609 – Rio de Janeiro – RJ – Cep 20031-000 • **Tel.:** (21)2262-2535
Telefax: (21)2533-7891 e 2533-2192 • **Correio eletrônico:** sindecon@sindecon.org.br

Coordenador Geral: Sidney Pascotto da Rocha • **Coordenador de Assuntos Institucionais:** Sidney Pascotto da Rocha • **Secretários de Assuntos Institucionais:** André Luiz Silva de Souza e José Antônio Lutterbach Soares • **Diretores de Assuntos Institucionais:** Abrahão Oigman, Antônio Melki Júnior, Nelson Victor Le Cocq D'Oliveira, Paulo Sergio Souto, Ronaldo Raemy Rangel e Sandra Maria Carvalho de Souza • **Coordenador de Relações Sindicais:** João Manoel Gonçalves Barbosa • **Secretários de Relações Sindicais:** Carlos Henrique Tibiriçá Miranda e Wellington Leonardo da Silva • **Diretores de Relações Sindicais:** Ademir Figueiredo, César Homero Fernandes Lopes, Gilberto Caputo Santos, José Fausto Ferreira, Maria da Glória Vasconcelos Tavares de Lacerda e Regina Lúcia Gadioli dos Santos • **Coordenador de Divulgação, Administração e Finanças:** Gilberto Alcântara da Cruz • **Diretores de Divulgação, Administração e Finanças:** José Jannotti Viegas e Rogério da Silva Rocha • **Conselho Fiscal:** Antônio Augusto Albuquerque Costa, Jorge de Oliveira Camargo e Luciano Amaral Pereira.



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

Reforma
agrária

Democratizar a terra no Brasil é fazer a reforma agrária popular



A sociedade brasileira atravessa um período de crise de projeto, período histórico delicado porque viemos de 15 anos de hegemonia do neoliberalismo, de predominância dos interesses do capital financeiro e internacional. Esse modelo destroçou as forças produtivas da sociedade, desnacionalizou nossa indústria, privatizou empresas estratégicas e paralisou a economia brasileira. Durante o modelo anterior, de industrialização dependente, a sociedade brasileira viveu

período importante, de crescimento da produção de riquezas. Entre 1930 e 1980, crescemos 7,5% ao ano, em média, o que significa que a sociedade brasileira, a cada 10 anos, duplicava seu patrimônio e a riqueza nacional e das famílias. No modelo neoliberal, crescemos apenas 2,6% ao ano. Se tomarmos em conta que a população cresce ao redor de 1,9%, 2%, ao ano, praticamente a riqueza nacional não aumentou. E isso a gente percebe no crescimento da pobreza e da desigualdade social.

■ João Pedro Stédile
Coordenador do MST

Dizer que a economia está em crise não significa dizer que os capitalistas não estejam ganhando dinheiro. Nunca ganharam tanto como agora, mas são poucos. São os que se beneficiam do neoliberalismo: bancos – nacional e estrangeiro; grandes empresas transnacionais, que controlam nossa economia; e os grandes grupos brasileiros, que deixaram de ser nacionais e se subordinaram a essa aliança promíscua, com os interesses do capital estrangeiro. Por que o PMDB não conseguiu constituir uma candidatura à presidência da República, que defendesse um projeto nacional? Porque lhe falta a burguesia nacional. Não existe mais uma burguesia nacional que se disponha a lutar por um projeto nacional. Então, se não tem classe, não tem projeto, e se não tem projeto, a única candidatura que poderia se viabilizar seria um projeto de falso populismo, como no Rio de Janeiro.

Tudo isso ajuda a entender o contexto que vive a sociedade brasileira: de grave crise, cuja origem é a falta de projeto de

desenvolvimento do país, e que é também uma crise social, em que aumenta a pobreza. A sociedade brasileira herdou duas chagas: a pobreza e a maior desigualdade social do planeta. Agora se somou a elas, como herança do neoliberalismo, a consolidação do desemprego. Se antes o desemprego era rotativo, obtendo-se outro emprego com salários mais baixos, nessa etapa do capitalismo financeiro internacionalizado não há mais espaço para que se retorne ao mercado. Daí, o mundo periférico estar com taxas, hoje, de 20% a 25% de desemprego, em geral atingindo as populações mais jovens.

No Brasil, há uma crise econômica em que a economia não cresce, mas os capitalistas não vêem. Ou, como diz Maria da Conceição Tavares: o capitalismo no Brasil é *sui generis*, porque mesmo quando a burguesia vai à falência termina milionária. Qual é a natureza da crise que vivemos? A situação do Brasil é grave e exige que aglutinemos energias, por meio dos movimentos, das forças populares, dos partidos, em torno de uma saída, de um novo projeto que consiga dar unidade para a maioria da população e resolver essas três chagas malditas da sociedade: pobreza, desigualdade e desemprego.

O tema da reforma agrária não pode ser analisado fora do contexto histórico e político que a economia e a sociedade vivem. Às vezes, a gente vê na imprensa os porta-vozes da direita dizerem que os sem-terra têm uma causa justa, mas são muito politizados. Ora, os sem-terra, na pobreza em que vivem, a rigor só lutam por terra. Na consciência são ingênuos, mas o que tem feito eles passarem para uma consciência de classe, crítica, é o próprio governo. São os capitalistas que estão transformando os camponeses em politizados, que estão começando a se dar conta que não há solu-

ção para a democratização da terra, no modelo neoliberal.

A origem burguesa

O conceito de reforma agrária foi construído no advento do capitalismo industrial, em meados do século XIX, quando se percebeu que a concentração da propriedade da terra nas mãos de meia dúzia de grandes proprietários representava um empecilho para o próprio desenvolvimento do mercado interno e das forças produtivas. O nascente capitalismo industrial produzia

mercadoria nas fábricas e não tinha para quem vender. A maioria da população era de camponês sem terra, que vivia ainda em condições pré-capitalistas, trabalhando para o proprietário industrial.

Essa situação de concentração da propriedade da terra foi classificada, naquela época, de problema

agrário. A forma como a sociedade organizava a propriedade da terra representava um limite à expansão das forças produtivas da própria sociedade. Partindo desse conceito, os governos da burguesia industrial que se implantaram em toda a Europa encontraram uma saída para o problema agrário, que foi

Três problemas agrários

Por que, então, não se fez reforma agrária, no Brasil, se na sua origem tinha como objetivo desenvolver o mercado interno? Se convidarem para dar palestra porta-vozes da classe dominante, eles vão dizer que o Brasil não tem mais problema agrário, e que por isso não precisa fazer reforma agrária. E como justificam a tese? Dizem que, aqui, o capitalismo se desenvolveu com a grande propriedade e, portanto, a riqueza agrícola aumentou. Então, não precisa fazer a reforma agrária. Na lógica capitalista, é verdade. Para os fazendeiros capitalistas continuarem a ganhar dinheiro, não precisa de reforma agrária porque eles ganham dinheiro exportando soja, algodão, açúcar...

Mas, do ponto de vista do povo brasileiro, da sociedade, é óbvio que existe um grave problema agrário e a sociedade padece de vários problemas, que têm aí sua origem. Por quê tem tantos pobres no Brasil? Porque não se consegue trabalhar para si próprio e produzir renda. O pobre do interior não tem saída: ou vem para a cidade ou vai para a fronteira agrícola. E por que ele tem que sair do interior? Porque não tem terra! E a forma como se utiliza a terra é uma estupidez, um atentado à inteligência.

O Brasil tem 800 milhões de hectares. Desses, 400 milhões são propriedade privada, os outros são a Amazônia, rios, lagos, áreas indígenas, estradas etc. Desses

milhões de hectares de propriedade privada, segundo a Embrapa, pelo menos 300 milhões ou 270 milhões têm potencial de exploração agrícola, portanto, poderiam ser cultivados com técnicas ajustadas, de acordo com as características de cada região. Desses milhões aptos à lavoura cultivamos, hoje, 55 milhões de hectares, dos quais, 80% se destinam à soja, milho e cana-de-açúcar. O terceiro problema é o abastecimento da população. O IBGE fez pesquisa por domicílio e em 40% deles a alimentação é aquém das necessidades. Portanto, nesse país é só aumentar salário que aumenta a fila do supermercado e da padaria. Os burgueses brasileiros são burros porque ficam se iludindo que o potencial de desenvolvimento da nossa agricultura está em abrir mercado na Europa, nos EUA. Onde está o grande mercado em potencial para a agricultura brasileira? No Brasil. Como dar emprego para todo mundo? Na indústria, supermercados? Na rede de supermercados Wal-Mart, quanto custa criar um emprego de balconista, que ganha salário mínimo? E na agricultura, quanto custa investir para gerar emprego para uma família com três adultos trabalhando? Muito menos... Não há forma mais barata de se desenvolver, combater a pobreza e dar emprego às pessoas do que a reforma agrária.



Foto reprodução de internet

democratizar a propriedade da terra. O Estado, em nome da classe dominante, poderia ter o poder legal de interferir no marco jurídico da propriedade da terra, e foi isso que se fez.

Ao longo e até o final do século XIX, na Europa ocidental, os governos burgueses com essa vocação industrialista criaram, então, leis de democratização da propriedade da terra para desapropriar, com pagamento, ou, em outros casos, expropriar as terras dos latifundiários sem pagamento e distribuí-las aos camponeses. Ao receberem as terras, os camponeses se transformaram em pequenos produtores integrados ao mercado. A produção era vendida, e eles tinham dinheiro para comprar as mercadorias feitas nas fábricas. A essa proposta de solução para o problema da concentração da terra é que chamaram de reforma agrária.

A expressão reforma agrária, portanto, a rigor, não foi um conceito e uma palavra de ordem do movimento camponês. Foi alcinhada como uma política de governos burgueses que, obviamente, representou conquistas para o campesinato e, de certa forma, do ponto de vista de classe, naquela etapa do capitalismo, representou até uma aliança de classes: da burguesia industrial com o campesinato, contra os latifundiários, a nobreza e a oligarquia local que existia na Europa. Isso aconteceu na Europa ocidental, no final do século XIX, e, nos EUA, na saída da escravidão, depois da guerra da Secessão, que foi uma luta de classes entre a burguesia industrial do norte contra os latifundiários escravocratas do sul. Felizmente, ganharam os do norte e o resultado político da vitória, na guerra civil em que morreram 500 mil estadunidenses, foi que Abraham Lincoln, ainda antes de terminar a guerra, implantou a lei da reforma agrária, que garantia o acesso a terra a qualquer cidadão dos EUA,

até 100 acres, não mais do que isso. Essa era a justiça da democratização do acesso à terra na Constituição dos EUA.

Mais tarde, após a 1ª Guerra Mundial, assustada pela Revolução Russa, toda a burguesia da Europa fez reformas agrárias, com medo

que o campesinato copiasse o russo. Produziu-se uma estrutura fundiária razoavelmente democrática, até hoje. Na França, a maior propriedade de terra tem 400 hectares. Na Itália, não creio que se encontre alguma propriedade maior que 400 hectares e, mesmo assim, no sul, houve uma reforma agrária tardia, depois da 2ª Guerra Mundial. E, no Japão, as forças norte-americanas de ocupação impuseram, em 1946, a reforma agrária burguesa mais radical que temos notícia, como forma de destruir as bases expansionistas do Japão, que eram a nobreza e os latifundiários japoneses. O exército norte-americano, na questão agrária japonesa, teve um papel progressista, pois ajudou a fazer a reforma agrária. Foi isso que tirou o Japão do desastre econômico, político e ecológico porque, talvez, tenha sido o território mais massacrado durante a 2ª Guerra Mundial. Apesar disso, com a democratização da terra conseguiram construir uma indústria voltada para esse tipo de camponês. 📺

Caráter da reforma agrária: popular

Na situação atual, qual é a natureza da reforma agrária, no Brasil? É verdade que já não é mais a mesma situação do desenvolvimento industrial clássico da Europa e dos EUA, porque, como disse, o Brasil está sendo hegemônico pelas transnacionais e pelo capital financeiro, que, na agricultura, criou a figura do agronegócio. O que é o agronegócio? É um santo casamento que houve entre os capitalistas proprietários de terra, com as transnacionais e os bancos. Os brasileiros entram com a terra e as multinacionais e os bancos entram com o capital, e com o controle do processo produtivo controlam os preços.

Logo, o maior problema da crise da agricultura capitalista que assistimos não é a produção, e resulta do grau de dependência da agricultura aos interesses das empresas transnacionais e dos bancos. Os fazendeiros brasileiros, que são os maiores produtores de soja do mundo, estão reclamando que ela está dando prejuízo. Mas, a Monsanto acaba de publicar o balanço e o lucro aumentou 119%. Estamos diante de outro problema grave, superior à concentração da propriedade da terra. Agora, o problema agrário, do ponto de vista do povo brasileiro, também está envolvido com a ação de empresas transnacionais, que controlam a produção pelas sementes, insumos e máquinas.

Diante disso, a reforma agrária nos marcos atuais não é mais aquela clássica, de simplesmente dividir a propriedade, dar um pedaço para cada família. Não é mais aquela reforma burguesa, de apenas criar pequenos proprietários e integrá-los ao mercado. Agora, é uma reforma que nós, dos movimentos sociais, chamamos de “reforma popular”. Ela tem que estar voltada para resolver os problemas do povo, da sociedade, para que esse bem da natureza, que é a terra, e também a água, sejam utilizadas em favor do povo.

O primeiro passo é democratizar a propriedade da terra, estabelecer um limite da propriedade, no Brasil e mudar a estrutura da produção – em vez de produzir para exportar, produzir para o povo comer. Essa é a prioridade. As melhores terras hoje são para cana-de-açúcar. Para quê? Para exportar. É um alto custo. Temos que descentralizar a indústria, democratizar a educação, porque sem um povo culto não há mudança. Faz parte fundamental da nossa reforma agrária uma nova matriz tecnológica, que adote técnicas agrícolas que produzam alimentos saudáveis. A reforma agrária tem que produzir alimentos saudáveis e, ao mesmo tempo, respeitar a natureza, porque a terra é para as gerações futuras, não é para nós.



Como recuperar a saúde pública



CED - CENTRO DE ESTUDOS
PARA O DESENVOLVIMENTO

Pensando o Brasil

**Saúde
pública**

O brasileiro hoje vive mais. A esperança de vida tem crescido. De 1991 a 2003, saltamos de 66 para 69 anos, e já estamos em 70,3 anos de esperança de vida, o que é uma mudança significativa. Mas, não estamos tão bem. O Canadá, que é um país com uma das maiores esperanças de vida do mundo, ou o Japão, têm 80, a Suécia 81 - é um teto a alcançar. Chile e Cuba, que é um país extremamente pobre, têm um padrão semelhante. Estamos nove ou 10 anos distantes do Canadá; de Cuba e do Chile, apenas dois. Países mais próximos, como Argentina e Colômbia, também estão à nossa frente.

Atrás só Bolívia, Haiti e El Salvador. Além disso, existem grandes diferenças regionais. O Rio Grande do Sul tem a maior esperança de vida, beirando 73 anos; já Alagoas, não encosta nos 65. Todos os estados apresentaram melhora, mas as diferenças regionais ainda são extremamente acentu-

■ José Carvalho de Noronha
Médico e pesquisador da Fiocruz

Um outro indicador que usamos para verificar como está a saúde do povo é a chamada mortalidade infantil. Ele é muito sensível às condições sociais e econômicas do país, e ela é medida pelo número de mortes ocorridas em menores de um ano, sobre o total de nascidos vivos, naquele ano. De 1930 a 2000, houve um movimento acentuado de queda, o Brasil está mudando bastante e também o Nordeste,

mantendo sempre taxas superiores. Mas estamos abaixo e o próprio Nordeste já chegou nos 40 por mil nascidos. Há muita desigualdade regional.

O indicador “mortalidade infantil” é muito sensível às ações que se exercem sobre o ambiente. Se pudermos isolar dois fatores que são responsáveis pela queda da mortalidade infantil, um deles, muito importante, é a qualidade da água; outro, a capacidade de renda para comer. Nutrição e água potável são os mais importantes. Cuba, país muito mais pobre que o Brasil, tem índice de mortalidade infantil igual ao Canadá. Vizinhos como o México também têm padrões superiores.

As mudanças demográficas acontecidas nos últimos 30, 40 anos alteraram muito o perfil das pessoas. Ainda morre muita gente de doenças infecciosas, diarreias, pneumonias, mas hoje em dia já não altera a mortalidade dos brasileiros, mesmo nas regiões mais pobres, como o Norte e o Nordeste. As doenças infecciosas já não têm mais peso tão importante. Temos agora o predomínio das doenças

Fotos reprodução de internet




do aparelho circulatório, já maior no Sudeste e Sul, e que ocorrem nos nenéns depois de nascidos. E a grande epidemia que são as causas externas – homicídios, mortes por agressão, tiros, facas, a violência – ou os acidentes de trânsito.

Vítimas da violência

Para se ter uma idéia, temos no Brasil uma guerra, independentemente do PCC. Morrem 42 mil brasileiros, por ano, assassinados. Em 10 anos, foram mais de 400 mil vítimas da violência. É uma epidemia! É um dos problemas de saúde pública, hoje, mais dramáticos. Ainda tem muita gente morrendo de diarreia, tuberculose, mas é relativo, e no peso global já não ocupa o espaço central.

Nas mortes por diarreia, por exemplo, se vê novamente dois brasis: o Nordeste, com um alto índice, e o Sul, não. Com as doenças do coração, o mapa inverte-se e se encontra maior índice no Sul e Sudeste. Na mortalidade por homicídio, o dado é preocupante. A zona de crime começa a se espalhar pelo país inteiro. E esses dados não são ocorrências policiais, são da saúde.

O que adoce o brasileiro? A principal causa de internação hospitalar é o parto, mas você pode ver também que pneumonias, a maior parte delas, acontecem nos idosos. Aborto também é uma das causas de internação hospitalar. Tem ainda a asma, doença cardíaca, violência etc. O perfil está alterado, e não é mais aquele em que predominavam as doenças infecciosas. 



Os números da seguridade social

O SUS é o Sistema Único de Saúde, aprovado na Constituição de 1988, e universal em alguns aspectos. Na melhoria do acesso, temos dados curiosos de alguns programas do SUS que deram certo, como de duas pesquisas feitas com amostra domiciliar, em 1998 e 2003: conseguiu-se aumentar o atendimento em todas as classes sociais e, no programa Saúde da Família, uma alteração na regra de pagamento, com a transferência de recurso para o município, fez aumentar a oferta.

Houve aumento tanto nas crianças quanto nas pessoas com maior idade, ou seja, em todas as faixas etárias, por conta dessa universalização que ocorreu no SUS, em 1994. Outro dado é que as pessoas relatam ter um serviço regular. Esse indicador é até melhor que o outro. Mostra que, apesar dos problemas, o SUS tem surtido efeito.

Há problemas, como o da saúde odontológica. A discriminação por faixa de renda ainda é brutal, mas houve alguma redução nesse período de cinco anos, e mais recentemente com o programa de saúde oral. Apesar da deficiência, já se consegue fazer um trabalho nessa área.

Tanto que aumentou o número de pessoas que procuraram o serviço de postos ou centros de saúde, de 42% para 52%.

Há distorções, algumas assustadoras. Alguns dados referentes a 2000 mostram os esquemas de financiamento público dos países. Fora os EUA e a

Coréia, todos os outros países têm um sistema público. Os EUA têm 45% do gasto público em programas de saúde. Estamos com um comprometimento do gasto público menor que o dos EUA. Temos um sistema com potencialidade, mas uma sociedade onde a cobertura do plano de saúde, na população com mais de 20 salários mínimos, em 2003, é de 80%. E o gasto dessas famílias é oito vezes superior ao gasto público. Ou seja, são dois sistemas fracionados. A receita das hoje operadoras de planos de saúde, em 2004, foi de R\$ 28 bilhões. Esse valor foi o orçamento do Ministério da Saúde, em 2004, para cobrir 25% da população.

Uma segunda questão é o gasto das famílias com remédios, que é muito maior do que com planos de saúde. São gastos do próprio bolso da pessoa. O governo começou a enfrentar essa questão com a farmácia popular e, recentemente, com mais duas medidas: os pontos de vendas, em farmácias, da linha para diabetes e a venda fracionada de medicamentos, que ainda está em implantação.

Desvio na destinação de recursos

Temos, um sistema que deve ser defendido porque é público, é universal, e ao mesmo tempo temos distorções graves na formatação desse sistema, porque, ao contrário do que se imagina, o plano de saúde não é complementar, e sim competitivo ao sistema público. Os países europeus, todos eles, mantêm o grosso do gasto em saúde, que é público. Por que essas dificuldades aumentaram aqui? Primeiro, porque em 1988 conseguimos o que Ulisses Guimarães chamava de "Constituição cidadã". E ela, conforme a combatem a direita, as nossas elites, foi absolutamente favorável e ampliou a idéia de Seguridade Social.

Ela entendeu que saúde, previdência e assistência social têm que estar juntas, ser integradas. Um parágrafo único diz que a Seguridade Social tem que se pautar pela universalidade da cobertura do atendimento. E qual é o financiamento da Seguridade? São recursos da União, estados e municípios. A receita da Seguridade, seguindo a Constituição, em 2004, foi de R\$ 236,4 bilhões. A despesa com saúde, previdência e outros encargos deu R\$ R\$ 223,1 bi, ainda incluindo quase R\$ 40 bilhões, relativos a gastos previdenciários da União. Ou seja, houve um superávit de R\$ 53 bilhões.

Os encargos financeiros da União, juros mais amortização, foram de R\$ 145,9 bilhões, em 2004. Só com juros foram R\$ 74,4 bi e o orçamento da saúde foi de R\$ 32,3 bilhões. Se colocar 25% na Seguridade, o orçamento da saúde seria de R\$ 59 bi. O avanço do gasto privado é porque houve uma retração do gasto público. A dificuldade que encontramos na gestão do serviço de maior complexidade dos hospitais e serviços de emergência é porque estamos com metade do orçamento que era praticado. São serviços que requerem maior complexidade. Se tivéssemos praticando o que foi feito na segunda metade dos anos 80 eram 30%, ou seja, iríamos para quase R\$ 80 bilhões de orçamento. Esse dinheiro está sendo desviado para outros fins. Metade do financiamento dos gastos públicos



com saúde vem da União, com a participação de 22% dos estados e 27% dos municípios.

O que seria a reconstrução da Seguridade Social? O governo Collor aprovou a lei da saúde, mas ao mesmo tempo, no final do governo Sarney, a pretexto de integrar as ações de saúde no interior do Ministério da Saúde, fraturou-se o conceito de Seguridade Social. Penso que temos que defender a Seguridade Social, em uma etapa transitória e programaticamente. Primeiro, garantir o princípio da universalidade da cobertura de atendimento no SUS. Todo brasileiro tem direito aos benefícios da Seguridade Social, independentemente da sua capacidade contributiva.

É preciso a recomposição do orçamento. Como fazer isso? Acabar com o lucro sobre o orçamento da Seguridade Social. Pode ter lucro em outros setores, mas na Seguridade Social é preciso recompor o orçamento da saúde, da assistência social etc. Ou seja, a integração programática e administrativa dos seus componentes, uma gestão integrada. Evidentemente, que uma parte importante dessa parte da Previdência

é o emprego formal. Então, é preciso aumentar a formalidade. Finalmente, nada disso adianta se não tivermos uma política agressiva de desenvolvimento econômico, com prioridade nas gerações de emprego e renda.

América Latina na mira de Bush



■ José Reinaldo Carvalho
Secretário de Relações
Internacionais do PCdoB

Foi lançado, em Washington, em março último, o documento “Estratégia de Segurança Nacional dos Estados Unidos”. Trata-se de uma atualização, a rigor, uma reiteração da mesma estratégia lançada em 2002, poucos meses antes do desencadeamento da agressão ao Iraque – a qual os comunistas e revolucionários têm denunciado, infatigavelmente, como uma estratégia de domínio do mundo, através de guerras genocidas que põem em risco a democracia, a independência nacional dos povos, a segurança, a paz e a própria sobrevivência da humanidade.

O documento reitera que a missão do governo Bush é “derrotar o terrorismo e as tiranias”, através da “guerra infinita” e das “guerras preventivas”. Começa

com a afirmação que “A América está em guerra. Esta é a estratégia de segurança nacional em tempos de guerra, exigida pelos graves desafios que enfrentamos” – numa clara demonstração da opção militarista e belicista feita pelo imperialismo estadunidense. Não é uma figura de linguagem, nem uma deriva sectária, ou um *non sense* dogmático, a assertiva de que as relações internacionais e a diplomacia moderna, inauguradas com a ordem da Paz de Westfália, no século 17, tiveram seu ocaso na era Bush. O dobre de finados das Nações Unidas soou quando o ex-secretário de Estado dos Estados Unidos caracterizou-as, dedo em riste, como organização “irrelevante”, pois “faltava às suas responsabilidades” ao não autorizar o ataque ao Iraque.

O imperialismo norte-americano se tornou uma formidável máquina de guerra. O orçamento militar da superpotência beira

Três anos do desencadeamento das guerras “preventivas” do Afeganistão e do Iraque, o mundo está mais inseguro e o imperialismo mais ameaçador. No transcurso do terceiro aniversário da agressão norte-americana ao Iraque, o mundo se encontra à beira de nova crise política e nova guerra. Manifestam-se, sobretudo, no Oriente Médio e na América Latina, aflitivas contradições econômicas e sociais.

os US\$ 500 bilhões. Suas tropas e bases militares estão espalhadas em todos os pontos do globo. São mais de meio milhão de soldados, técnicos e instrutores estadunidenses fora das fronteiras nacionais, em 725 bases e missões militares, oficialmente reconhecidas em 38 países. Normalmente, quando se trata de fazer essa máquina entrar em ação, vêm à tona as teorizações sobre guerra humanitária, luta antiterrorista, remoção de tiranias, multilateralismo assertivo etc. Mas o que

conta para todos os efeitos práticos é o uso da força.

Preparando uma nova agressão

É tosca ilusão, ou novamente propaganda interessada, a crença de que é possível construir uma ordem global baseada em regras transparentes, em cooperação global, em governança progressista, em organismos multilaterais atuantes e eficazes, em instituições jurídicas sólidas e aplicáveis, em

mecanismos políticos e econômicos auto-reguláveis. É um mundo que não existe e não existirá, a não ser com a ruptura revolucionária do ordenamento atual. Outra coisa é a emergência objetiva de novos pólos econômicos e políticos nacionais e regionais, seja no campo oposto ao imperialismo, seja no quadro de contradições interimperialistas. A existência desses pólos não significa a manifestação do multilateralismo, antes, indica a criação de novos cenários de conflitos e desequilíbrios inter-

nacionais. Porque é inevitável o entrelaçamento de interesses derivados da formação de pólos opostos.

O lançamento da nova estratégia de segurança nacional dos EUA demonstra que, três anos depois da ocupação iraquiana, o mundo não é mais seguro, porquanto estamos no prelúdio de nova crise mundial. “Não enfrentamos maior desafio que o Irã, país que patrocina o terrorismo, ameaça Israel, a paz no Oriente Médio e provoca a ruptura do processo democrático no Iraque”, diz o documento da Casa Branca. Neste momento, Washington prepara o ambiente para primeiro isolar e em seguida atacar o Irã. Invoca a “ameaça nuclear”, supostamente proveniente daquele país, forceja a aprovação de resolução anti-iraniana no Conselho de Segurança da ONU, mobiliza aliados e vincula a administração da crise iraquiana ao objetivo de atacar o Irã.

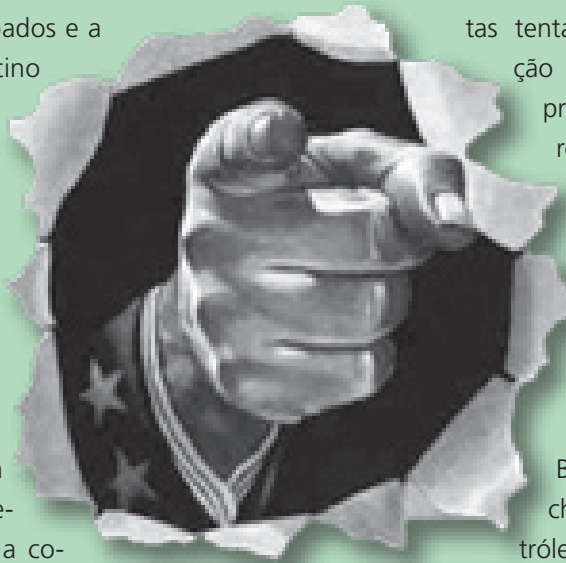
Outros acontecimentos da política internacional, também protagonizados pelos EUA, desmascaram a hipocrisia do discurso sobre a ameaça nuclear, como o acordo recentemente assinado com o governo indiano, no quadro da realização de esforços para conquistar aliados estratégicos, tendo em vista os objetivos permanentes na Ásia. A preparação do ambiente para agredir o Irã tem como pano de fundo aquele que é o aspecto central da política externa do segundo mandato de Bush, proclamado quando da convenção eleitoral do Partido Republicano e na posse presidencial: o plano de reestruturação do Oriente Médio, com claro sentido neocolonialista.

Washington necessita de governos totalmente submissos ou da intervenção direta na região. Isso explica também as ameaças à Síria, o apoio incondicional a Israel e a sabotagem à nova equipe a

O imperialismo não é invencível

Ao fracasso no Iraque, soma-se o malogro dos planos do governo Bush para a questão palestina. O “Mapa do Caminho”, que já fora borrado pela intransigência israelense e a persistência dos sionistas numa política repressiva e expansionista, malogrou por completo, como malogrará qualquer plano de paz que não leve em consideração como questão fundamental a devolução dos territórios ocupados e a criação de um Estado palestino independente.

A estratégia de segurança nacional lançada pela Casa Branca insiste no conceito de “países-bandidos”, no alvo da ação agressiva norte-americana. Além dos já referidos Irã e Síria, o governo dos EUA volta suas baterias para a Coreia do Norte, “que segue desafiando a região e a comunidade internacional”, o Zimbábue, a Bielorrússia e Mianmar, onde promete depor os “governos despóticos”; e faz referências desairosas à Rússia e à China, acusando a grande nação socialista asiática de praticar a “economia fechada”, “violiar os direitos humanos” e “desenvolver” programas militares sem transparência.



A América Latina está na alça de mira da ofensiva norte-americana. Particularmente, em relação à Cuba socialista e à Venezuela revolucionária e bolivariana a retórica e os gestos do governo Bush são ameaçadores. Sobre Cuba, conforme o documento, “um ditador continua a oprimir seu povo”, num indisfarçável recalque ao constatar que

mais de 40 anos de bloqueio e tantas tentativas de desestabilização não foram capazes de prostrar a revolução, que revela inabalável saúde política e ideológica e capacidade de contornar as dificuldades econômicas.

A Venezuela constitui hoje uma preocupação especial da Casa Branca: “Um demagogo cheio de dinheiro do petróleo ameaça a estabilidade regional”. Poucas semanas antes,

Condoleeza Rice exortou os países da região a atuarem contra a Venezuela e fez declarações risíveis, negando o caráter democrático das eleições venezuelanas, sucessivamente realizadas e que resultaram em incontestes vitórias de Chávez e das forças políticas da revolução bolivariana.

frente da Autoridade Nacional Palestina. O segundo governo Bush nada acrescenta de novo. Reitera uma retórica e um comportamento prenhes de perigos para os países e povos da região do Oriente Médio, alimentando um clima de guerra.

Os fracassos de Bush

Nenhum desses fatores era imprevisível. Tais planos já estavam esboçados anteriormente e em seu escopo se compreendiam as guerras preventivas contra o Afeganistão e o Iraque, a “guerra ao terrorismo” e outras demarches da administração Bush. O documento recentemente lançado volta a dizer que “vencer a guerra contra o terrorismo implica vencer as batalhas do Afeganistão e do Iraque”. Os atuais episódios envolvendo o Irã e outras ameaças de intervenção demonstram a existência de uma escalada e de uma persistente política de guerra.

O que há de novo e de imprevisível, pelo menos para os estrategistas da Casa Branca, é que tais planos estão fracassando. A administração Bush entrará para a história não só como a mais agressiva, mas também como a maior colecionadora de derrotas. Ela vendeu a idéia de que seria pequeno o custo da guerra ao Iraque, em face dos fins visados: a derrubada de um tirano e a eliminação das armas de destruição maciça. Suas tropas seriam recebidas como libertadoras do país e salvadoras da humanidade. Cabe ao povo estadunidense cobrar no momento oportuno.

Três anos depois de deflagrada a guerra iraquiana de Bush, sua derrota é um fato consumado. Instalou-se no país uma resistência armada multifacetada, uma prolongada guerra das forças nacionais e

Mundo mais inseguro

O quadro político em desenvolvimento na América Latina é um sinal eloqüente das derrotas do imperialismo norte-americano. Além da consolidação da revolução cubana e do triunfo da bolivariana, têm-se constituído como aspecto progressivo e de promissores resultados políticos as vitórias eleitorais de forças democráticas, patrióticas e populares, em diversos países do continente, cujo mais destacado exemplo foi a conquista do governo pelo líder boliviano Evo Morales.

Não se pode, nem se deve fazer uma leitura unívoca dos processos políticos em curso na América Latina, pois, pesam bastante as peculiaridades nacionais – muito diversas entre realidades tão díspares como a venezuelana, a brasileira, a boliviana, a argentina, a uruguaia etc. Mas não cabem dúvidas de que o sentido geral do que está acontecendo na região é progressista e tem caráter anti-imperialista.

A evolução dos acontecimentos no Oriente Médio e na América Latina, com as derrotas do imperialismo estadunidense e o crescimento da resistência dos povos, são evidências de que há alternativa e o imperialismo não é invencível. Durante década e meia (os anos 90 e a metade da década em curso), o movimento popular foi doutrinado pelas forças hegemônicas de centro-esquerda, com a tese da inexpugnabilidade do imperialismo e do neoliberalismo, devido ao seu poder de destruição e ao controle da economia mundial pelo capital financeiro. Difundi-se o


mito da inexistência de alternativa, justificação “taticista” para encobrir uma postura ideológica de adaptação e, no fundo, de capitulação.

Três anos do desencadeamento das guerras “preventivas” do Afeganistão e do Iraque, o mundo está mais inseguro e o imperialismo mais ameaçador, mas, por sua vez, os povos estão mais experientes e dispostos a lutar. A luta anti-imperialista – tônica dos tempos atuais – será uma luta de longo fôlego. Acumulará forças se fizer seu percurso com radicalidade e amplitude, levantando bandeiras capazes de mobilizar as energias criadoras dos povos, como a da paz, contra a guerra imperialista, dos direitos sociais e políticos, contra a ofensiva anti-social e antidemocrática do neoliberalismo, pelo desenvolvimento e a soberania nacional, contra o neocolonialismo e a dominação imperialista.



populares, que vão infligindo derrota após derrota ao exército invasor. Os meios de comunicação a serviço do invasor difundem a idéia de que se defrontam contra grupos terroristas e religiosos, inimigos do Ocidente. Hoje já não há como encobrir que é o povo, através de uma miríade de organizações políticas e militares, que está a mover uma encarniçada resistência e a derrotar os planos norte-americanos.

O Iraque, tal como a Palestina

já o havia feito, está demonstrando que não há futuro para uma política neocolonialista através da ocupação militar. O século XX, com sua experiência de revoluções e lutas pela libertação, deixou esse grande legado para os povos: a consciência de que é imperativo defender a causa nacional. É a percepção disso que leva setores da própria direita norte-americana a exigir que se acabe de imediato a “loucura do Iraque”. 

Prêmio de Monografia Celso Furtado - Corecon-RJ

As mulheres foram os destaques deste ano no Prêmio de Monografia Celso Furtado, promovido pelo Corecon-RJ. Ariane Barbosa de Oliveira, formada pela UFRJ, ficou em primeiro lugar, com o tema "Perspectivas comparadas das Reformas Previdenciárias: Chile, Argentina e Brasil". De acordo com ela, o trabalho faz uma comparação das reformas da Previdência ocorridas nos três países, com uma análise do que deu certo e errado nessa mudança.

Mulheres vencem premiação



No alto, à direita, o presidente do Corecon-RJ, João Paulo de Almeida Magalhães, na solenidade do Dia do Economista. Acima, Paulo Passarinho, vice-presidente do Conselho. Ao centro, a professora Rosa Marques, que falou sobre políticas sociais, e Carlos Eduardo Young, que coordenou a banca examinadora do Prêmio



– Estudei os casos separadamente, pois em cada país a reforma se realizou de maneira diferente. Concluí que a mudança da privatização do sistema previdenciário não deu certo no Chile e na Argentina, pois, a troca do sistema público para o privado acarretou custos elevados para a população desses países. Hoje, o Brasil é o país da América Latina que mais oferece bem-estar aos cidadãos. O nosso sistema não é o melhor, mas dentre tudo que aconteceu no período das reformas, de 1980 até hoje, o sistema brasileiro foi o melhor porque não se fez uma reforma muito grande. Ela foi mais pontual, adaptativa, e não houve custos tão altos. Já a Argentina e o Chile privatizaram o sistema e a população teve que arcar

com os custos – disse Ariane de Oliveira ao *JE*, logo após receber o prêmio, na solenidade realizada no auditório da ABL, no último dia 10 de agosto, quando o Conselho e o Sindecon-RJ celebraram O Dia do Economista.

“O padrão de especialização da indústria de bens de capital brasileira, após a abertura comercial” foi o tema da monografia que deu o segundo lugar a Juliana Cecilia Bastos, ela também formada pela UFRJ. O objetivo do trabalho dela foi verificar qual o impacto da abertura comercial na indústria nacional de bens de capital.

– Pesquisei como a indústria se formou, no Brasil, quais os impactos com relação à pauta de importação e de exportação e, ainda, a dinâmi-

ca interna de consumo desse bem de capital. Percebi que, com a abertura comercial, houve um impacto forte na indústria local, modificando a formação do mercado e enxugando o número de indústrias. No primeiro momento, não houve um acompanhamento com relação à concorrência externa. Aconteceu um processo inverso de substituição de importações – disse Juliana Bastos.

Após analisar séries históricas do Ipea, IBGE e do sistema de informações nas áreas de exportação e importação, Juliana concluiu que “no início, teve uma especialização da indústria nacional por bens de capital de menor valor agregado. Isso começou a sofrer um retrocesso a partir de 2000, em que alguns produtos de maior tecnologia começaram a ganhar espaço na pauta. Mas, isso voltou a ser desfeito em um segundo momento, a partir de 2002. Como a minha monografia foi até 2005, pude constatar o fato de que primeiro teve uma fase áurea e depois veio o retrocesso”, observou.

O terceiro lugar foi para o tema “Brasil-Portugal: 500 anos de relações”. Alice Maria Bliss Bueno Salomão é formada pela PUC do Rio de Janeiro e não pode comparecer à cerimônia de entrega da premiação, pelo fato de estar morando em Portugal.

A monografia “O trabalho e emancipação humana na obra de

Karl Marx”, de Leonardo Gomes de Deus, mais um formado pela UFRJ, recebeu a menção honrosa, na edição deste ano do Prêmio de Monografia Celso Furtado, do Corecon-RJ. Leonardo de Deus destacou em seu trabalho que a obra de Marx pode ser lida como uma reflexão sobre a emancipação humana, sobre o que é uma humanidade livre.

– É uma humanidade baseada no trabalho autogerido pelos trabalhadores. Isso é mencionado em toda a obra Marx. Eu peguei textos dele desde a juventude, o que raramente é explorado, além de obras da maturidade. A obra é uma defesa da emancipação humana, da superação da situação de alienação e do capitalismo – argumenta Leonardo.

As monografias premiadas serão publicadas nas edições posteriores deste JE. 📖



As Reformas Previdenciárias no Chile, Argentina e Brasil

Ariane Barbosa de Oliveira, UFRJ – 1º lugar
Professora Lena Lavinias

A minha monografia é uma comparação das Reformas da Previdência ocorridas no Chile, Argentina e Brasil, fazendo uma perspectiva comparada, analisando caso a caso, porque cada um foi um modelo diferente. Faço uma comparação entre o que deu certo e o que deu

errado. Usei internet, os muitos livros indicados pela orientadora e ainda fiz várias eletivas na faculdade, o que me ajudou bastante. A conclusão é que a mudança da privatização do sistema previdenciário não deu certo no Chile, nem na Argentina. E hoje o Brasil é o que mais dá bem-estar na América Latina, dentre esses países. Não que o nosso sistema seja bom, ou o melhor, mas dentre tudo que aconteceu, nesse período das reformas, de 1980 até hoje, o nosso sistema foi o melhor porque se fez, pelo menos, até agora, uma reforma mais pontual, adaptativa.

Padrão de especialização na indústria de bens de capital brasileiro, após a abertura comercial

Juliana Ceciliana Bastos, UFRJ – 2º lugar
Professor David Kupfer

Escolhi esse tema porque gosto da área de microeconomia e, na época, trabalhava no BNDES, na área da indústria pesada. A

monografia teve como objetivo verificar qual foi o impacto da abertura comercial na indústria de bens de capital interno nacional. Estudei a forma como a indústria foi formada, no Brasil, e quais foram os impactos com relação à pauta de importação e de exportação, bem como à dinâmica interna de consumo. De uma forma geral, foi percebido que a abertura comercial produziu forte impacto na indústria local, modificando a formação

do mercado, enxugando o número de indústrias. Utilizei séries históricas do Ipea, IBGE e também de informações sobre exportação e importação. A conclusão é que se passou a substituir a produção nacional por importação de bens de capital, com maior tecnologia e maior valor adicionado.



Trabalho e Emancipação Humana na Obra de Marx

Leonardo Gomes de Deus, 30 anos, UFRJ – menção honrosa
Professor René de Carvalho

A monografia demonstra que a obra de Marx pode ser lida como uma reflexão sobre a emancipação humana, sobre o que é uma humanidade livre, baseada no trabalho autogerido pelos trabalhadores. Isso é mencionado em toda a obra dele. Estudo esse tema há muito tempo e concluo que a dele é uma defesa da emancipação humana e de superação do capitalismo. A emancipação humana é um sistema de produção baseado no próprio trabalho, em que o objetivo é o homem e não o lucro.



Banca examinadora

Coordenador: Carlos Eduardo F. Young - Corecon-RJ
Professor Ilan Goldfjan - PUC-RJ
Professor Alexis Turíbio Dantas - UERJ
Professora Ângela Maria de Lemos Gelli - UCP
Professora Lérida Maria Lago Povoleri - UFF

Sonho
realizado em
1 minuto?



Crédito minuto

 **Banrisul**
www.banrisul.com.br

Prefeitura do Rio: Mais despesas, menos saúde

Nas últimas edições, o JE, nesta página, vem se dedicando a demonstrar os efeitos da falta de clarificação do planejamento governamental, seja em documentos destinados para este fim (Lei de Diretrizes Orçamentárias, LDO), seja na execução orçamentária em programas preparatórios do principal evento previsto (Jogos do PAN/2007). O exame da Prestação de Contas de 2005 e a execução orçamentária do primeiro semestre demonstram, enfaticamente, o resultado desta prática.

A análise de uma prestação de contas de gestão vai além de seu aspecto jurídico (legalidade), pois abrange também a economicidade e a legitimidade. A partir destas três dimensões é que podemos apreciar o mérito dos resultados alcançados pela ação governamental.

Infelizmente, os documentos publicados são insuficientes para se avaliar o que foi feito com dinheiro público, em termos de cumprimento (ou não) de metas estabelecidas pelo Plano Plurianual (PPA), ou pela LDO correspondente ou, mesmo, na Lei Orçamentária Anual (LOA). Tal prática impede uma fiscalização cidadã sobre o que está sendo feito em prol do desenvolvimento de nossa cidade e impede, ainda, a identificação do desperdício ou o custo pela contenção de ações vitais.

Apesar de não ser o nosso foco principal de atuação, o Tri-

bunal de Contas do Município (TCM) apontou várias ilegalidades ocorridas em 2005. Destacamos algumas:

- Despesas sem prévio empenho, no valor de R\$ 30 milhões, no Fundo Municipal de Saúde. Cabe destacar a reincidência desta ilegalidade, pois, em 2004, foram R\$ 7 milhões gastos sem empenho na Secretaria Extraordinária Rio 2007 (ver *JE* julho);
- Não realização de audiências públicas do FMS, conforme estabelecido na Lei nº 8.689/93;
- A consideração dos gastos com inativos, para efeito de apuração do percentual aplicado em Manutenção e Desenvolvimento com Ensino. A desconsideração desta despesa, juntamente com outros ajustes, faz com que a despesa com ensino reduza em R\$ 433 milhões e o percentual aplicado fique 0,28% acima do mínimo (25%). Tal prática é recorrente, desde de 2000.

Economicidade

Diferentemente do ente privado, cujas contas somente mostram a variação do lucro e sustentabilidade financeira ao longo do tempo, o Estado também deve mostrar capacidade econômica suficiente para garantir a ação da máquina pública, com o menor custo possível (economicidade) ao longo do tempo, independentemente dos diferentes e transitórios governos.

No balanço orçamentário (i.e,

somente as receitas e as despesas realizadas em 2005), encontramos um pequeno déficit de execução. A estimativa da receita foi de R\$ 8.996.028.373,00, dos quais R\$ 7.811.185.897,00 foram arrecadados (86,83%), valor, em termos reais, 6% menor do que o arrecadado em 2004, mesmo com correção pelo IPCA-E. Apesar desse déficit de arrecadação, o governo, durante o ano, aumentou as autorizações de despesa em R\$ 205 milhões, baseado em um alegado superávit financeiro (R\$ 107 milhões), excesso (?) de arrecadação (R\$ 3 milhões) e uma incorporação de recursos não previstos (R\$ 95 milhões).


Tal procedimento foi contestado pelo TCM, pois não foram incorporados R\$ 75 milhões de despesas sem empenho, classificadas como Despesas a Pagar, do exercício de 2004, o que reduziria o superávit apurado. Quanto ao alegado excesso de arrecadação, o resultado final foi menos R\$ 1,2 bilhão! Enfim, a elevação da autorização da despesa pode ter contribuído para o déficit orçamentário de R\$ 10.548.729,50, em 2005, comprometendo a execução dos orçamentos futuros.

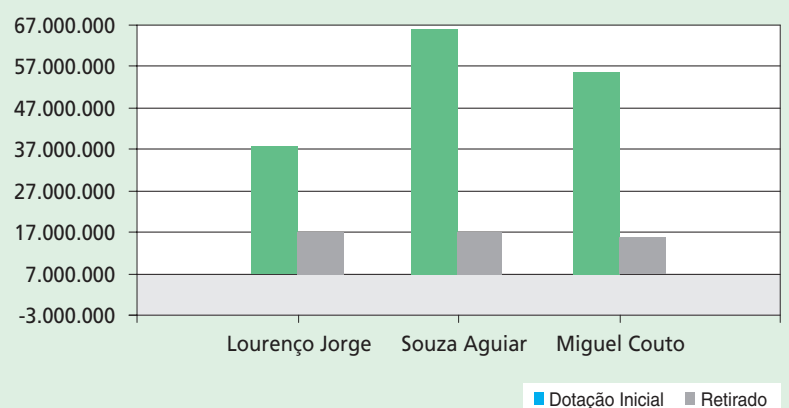
Expandindo as despesas

Esta prática da expansão da despesa foi também observada no primeiro semestre deste ano.

Por meio de 187 decretos, modificando cerca de 1.700 programas de trabalho, até o período analisado – 30/06/06 –, a despesa foi acrescida em R\$ 83 milhões.

Destaque para a redução da função saúde, em pouco mais de R\$ 28 milhões. Os programas mais prejudicados são os hospitais Lourenço Jorge (menos R\$ 7,2 milhões), Souza Aguiar (menos R\$ 7 milhões) e Miguel Couto (menos R\$ 5,8 milhões). Tais hospitais são tidos pela prefeitura como referência no atendimento da população para os Jogos do Pan.

Conforme podemos constatar, a elevação do gasto público e a intensa modificação do orçamento representa a ineficiência do planejamento governamental e compromete a situação financeira do município do Rio de Janeiro. O mais grave é que esse tipo de gestão não está revertendo a grave crise social, pelo contrário a intensifica. 



Corecon-RJ

Eleições serão em outubro

**Votação será em urna, na sede do conselho, ou por correspondência.
A eleição será no dia 27 de outubro.**

■ O Corecon-RJ realiza, no próximo dia 27 de outubro, eleições para renovação do terceiro terço do Conselho. O registro de chapas vai até o dia 12 de setembro e serão eleitos três conselheiros efetivos e três suplentes, com mandato de 2007 a 2009, mais o conselheiro federal e delegados eleitores, efetivo e suplente.


As eleições terão início às 9h e serão encerradas às 18h. Estão aptos a votar todos os economistas registrados e em dia com suas obrigações com o Conselho.

Uma urna estará à disposição dos eleitores, na sede do Corecon-RJ, na avenida Rio Branco, 109, 16º, no Centro, e será acei-

to o voto por correspondência, através de envelope padronizado, a ser encaminhado previamente pelo Conselho.

De acordo com o edital, serão válidos somente os votos postados na Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, encaminhados à Caixa Postal do Corecon-RJ e recebidos antes do en-

cerramento da votação em urna.

A Comissão Eleitoral é constituída pelos economistas César Homero Fernandes Lopes, Adrian Couto Costa e Luiz Fernando Abend. Maiores informações e a íntegra do edital estão disponíveis no portal dos economistas, na internet – www.economistas.org.br. 


Abertas inscrições para III Prêmio de Jornalismo

■ Estão abertas na sede do Conselho Regional de Economia do Rio de Janeiro as inscrições para o III Prêmio Corecon-RJ de Jornalismo Econômico, edição 2006. Ele

é destinado a publicações impressas, como jornais, revistas, periódicos e informativos, com sede no Rio de Janeiro.

Os profissionais de jornalismo poderão concorrer com até

três matérias, desde que publicadas entre 1º de setembro de 2005 até 30 de setembro de 2006. As inscrições vão até 30 de novembro. Maiores informações podem ser obtidas no

portal dos economistas – www.economistas.org.br – ou através do correio eletrônico jornalismo2006@corecon-rj.org.br, ou ainda pelo telefone 2103-0111, com Márcia Ayres. 

O pensamento econômico de Karl Marx

(14 de setembro a 30 de dezembro, às quintas-feiras, de 18h45 às 21h30)

Matemática Financeira Avançada (2 de outubro a 11 de dezembro, às segundas-feiras - de 18h45 às 21h30)

Aperfeiçoamento em Estatística (4 de outubro a 6 de dezembro, de 18h45 às 21h30, às quartas-feiras)

Teoria dos Jogos (9 de outubro a 18 de dezembro às segundas-feiras, de 18h45 às 21h30)

Mercosul com sotaque parceiro (11 de outubro a 8 de novembro, às quartas-feiras, de 18h45 às 21h30)

O modelo de desenvolvimento chinês

(30 de outubro a 19 de dezembro de 2006, às terças-feiras, de 18h45 às 21h30)

O mercado de planos de saúde: o problema vira solução?

(7 a 28 de novembro de 2006 terças-feiras de 18h30 às 20h30)

Derivativos e Engenharia Financeira (de 9 de novembro a 7 de dezembro, quintas e sextas-feiras, de 18h30 às 22h)